

Terça, 07 de Novembro 2017 19:05

Jornal de Angola

Director: José Ribeiro**Director Adjunto:** Victor de Carvalho

MUNDO

PALOPs definem prioridades

7 de Novembro, 2017

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Estados-nação que integram os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), participam na 23ª conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o clima, que decorre desde ontem na cidade de Bona, Alemanha, com o objectivo de conseguir apoio financeiro e técnico para executar medidas de sustentabilidade, numa altura em que África já sofre os efeitos das mudanças climáticas.



Países africanos integrados nos PALOPs apresentam as suas contribuições na 23ª conferência da ONU sobre o clima

Fotografia: Patrik Stollarz | AFP

Um dos temas a discutir na também chamada COP23, que decorre até 17 de Novembro, é o uso de energias renováveis em países africanos e asiáticos, a fim de diminuir as emissões de gases poluentes nestes continentes.

“É preciso investir imediatamente em energias renováveis na Índia e em África”, defendeu no domingo Gerd Müller, ministro da Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha, país que acolhe a

23ª conferência da Organização das Nações Unidas.

Prioridades nos PALOP

Angola está representada em Bona. O país quer reduzir emissões de carbono e fortalecer a capacidade de observação e análise sistemática de parâmetros climáticos, para permitir uma avaliação pormenorizada das vulnerabilidades de todo o território nacional, o que deve ajudar a implementar políticas-piloto.

Há no país um crescimento na intensidade do carbono, razão pela qual a prioridade é promover tecnologias de baixo carbono, afirmou em Outubro à agência de notícias Deutsche Welle, Giza Martins, director do Gabinete das Alterações Climáticas do Ministério angolano do Ambiente. Cabo Verde, por sua vez, dá primazia à prevenção e ao ordenamento das bacias hidrográficas a pensar na actividade agrícola e nas prioridades a levar para a conferência de Bona, segundo o administrador do Instituto Nacional de Meteorológica e Geofísica do arquipélago.

A melhoria do sistema de informação meteorológica e geofísica, tendo em conta os vulcões activos em Cabo Verde, também é prioridade, acrescenta Júlio César Lima.

Alexandre Cabral, coordenador do projecto sobre as comunicações nacionais da Guiné-Bissau, diz que a aposta em energias renováveis, como a solar, reduzir a pressão antrópica das florestas, combater a erosão costeira e a degradação de terras agravada pela monocultura de caju, bem como o avanço das línguas salinas são as prioridades do seu país, no âmbito da implementação da convenção sobre o clima.

São Tomé e Príncipe, por sua vez, está preocupado com a alteração do regime de precipitações, com efeitos perversos na actividade agrícola. “A maior parte dos nossos agricultores faz o cultivo seguindo o tempo - seja a estação da gravana, seja a estação das chuvas - e, havendo uma alteração desta natureza, vêem-se confrontados com problemas”, afirma Adérito Santana, meteorologista e membro dos Pontos Focais da Convenção Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas.

A erosão costeira, em consequência do chamado fenómeno das “ondas gigantes”, que causam destruição, e o controlo do abate de árvores para a construção de casas, pelo impacto que a prática tem na floresta das ilhas, são desafios climáticos de São Tomé e Príncipe, acrescenta.

A COP23 poderá concretizar uma iniciativa alemã que visa possibilitar planos de seguro climático para cerca de 400 milhões de habitantes dos países do hemisfério sul. A medida, que já foi apresentada noutras conferências do clima, poderá beneficiar directamente os países africanos.

Conferência do clima

Até 17 de Novembro, representantes de mais de 100 países discutem medidas para avançar com o Acordo de Paris, para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e evitar o agravamento de fenómenos extremos. Apesar de a conferência ter lugar na Alemanha, a COP23 é encabeçada pelas Ilhas Fiji. O Estado insular do Pacífico Sul não se considera capaz de acomodar os mais de 20 mil participantes do evento.

Um dos temas centrais da COP23 é a concretização do Acordo do Clima de Paris, aprovado em 2015. Os signatários deste acordo comprometem-se a, através de metas climáticas nacionais, manter o aquecimento global abaixo de dois graus Celsius. Além disso, os diferentes planos nacionais para o clima devem poder ser comparáveis entre si. E, se possível, as metas para o futuro devem ser mais ambiciosas.

Quase todos os Estados-membros da ONU se comprometeram com o Acordo de Paris. Apenas a

Turquia, Rússia e o Irã ainda têm que o ratificar. Os EUA, entretanto, são o problema principal, depois de o Presidente Donald Trump anular o compromisso assumido pelo seu antecessor, Barack Obama, e pretender abandonar o pacto, o que vai poder ser feito, de facto, em três anos e meio.

© 2017 Jornal de Angola - Todos os direitos reservados